

SINDICALISMO DOCENTE NO MARANHÃO: APONTAMENTOS INICIAIS

Robson Santos Câmara Silva¹

Introdução

O presente trabalho trata de um conjunto de dados preliminares acerca do sindicalismo docente no Maranhão. Desenvolvem-se os elementos iniciais sobre como esse processo se constituiu a partir da análise dos elementos que precedem o surgimento do associativismo docente maranhense.

Nesse contexto, procura-se identificar as características dos docentes maranhenses no sentido de construir o processo identitário dos professores e como isso tem importância na organização e na percepção do trabalhador docente.

O artigo apresenta os primeiros movimentos ocorridos no Brasil e demonstrar como eles afetaram a organização dos professores e identificar com tais aspectos influenciaram na organização dos trabalhadores docentes maranhenses, bem como desvelar os elementos preliminares que culminaram para transformação da natureza da organização desses trabalhadores em luta sindical.

Apontamentos preliminares sobre associativismo, sindicalismo docente no Maranhão

Segundo pesquisas feitas por Gadotti (1997), a primeira reunião de educadores brasileiro que se tem notícia aconteceu no Rio de Janeiro em 1873. Tal iniciativa foi oriunda do governo da época e teve o caráter municipal. Dez anos após esse evento, realizou-se a Conferência Pedagógica, evento que reuniu professores de escolas públicas e particulares da região.

Com a proclamação da república (1889), o governo federal retraiu-se no que tange a convocação e de reuniões e conferências em âmbito nacional, pois perdeu que o ensino deveria ser isento de “intervenções estatais”, iniciando um longo período de ausência da união diante do ensino fundamental.

¹ Universidade de Brasília (Brasil). E-mail: robsoncamara@unb.br.

Em 1924, outra vertente de organização toma o caráter mais geral e deram relevo mais definido as reuniões profissionais organizada pelo Estado. A criação da ABE (Associação Brasileira de Educação), apesar de momentos que configurou um certo atrelamento, por outro lado serviu para definir parâmetro norteadores para onde deveria se travar a luta dos trabalhadores docente em relação à educação de um ponto de vista mais geral.

De acordo com Gadotti (1997), a ABE organizou a partir de 1927 conferências regionais em diversas cidades sobre diferentes temas ligados a educação, mas uma conferência que realizada em 1931 apontaria para o rumo que a educação tomou no país no período do “Estado Novo” varguista, e colateralmente, leva a inferir acerca da influência do que se pode caracterizar sobre a organização docente no Brasil, em particular no Maranhão.

Segundo Rodrigues (1993, p. 120):

O regime implantado em 1937 veio efetivar uma política educacional delineada desde “movimento revolucionário”, ocorrido em trinta. Vargas, desde esse tempo, como chefe do Governo Provisório, pretendia utilizar a educação como um dos mecanismos a serviço da unificação do país. Para tanto, durante a IV Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em dezembro de 1931, solicitou aos congressistas que colaborassem com seu governo na definição de uma política educacional uniforme em todo o território nacional. Todavia, isso só foi possível com o golpe de 1937, quando foi elaborado o Plano Nacional de Educação. Este plano tinha o objetivo de servir de base ao funcionamento de instituições escolares e extra-escolares, públicas e particulares em todo o país.

Percebe-se, nesse contexto o projeto varguista no âmbito da educação e como a instrumentalização das entidades era importante para consecução dos objetivos proclamados nesse campo. A ABE tinha então um papel importante nesse aspecto enquanto entidade de referência aos trabalhadores docente. Esta ao todo realizou 13 Conferências entre 1927 e 1967, chegando a influir na política educacional em conjunturas determinadas.

No aspecto político mais geral, o golpe de 1964 afastou lideranças consolidadas e emergentes nos mais diversos ramos das ciências, da tecnologia, das artes e da educação. É nesse cenário que em 1967 foi realizado no rio de janeiro 13ª conferência Nacional de Educação promovida pela ABE, apesar de não ter tido grande repercussão no meio educacional (GADOTTI, 1997).

Na década de 1970, inclusive em decorrência do movimento estudantil de 1968 e de outros movimentos que marcaram esse período, a situação da educação brasileira foi debatida, mesmo diante do cenário ainda sóbrio da ditadura. Com a reorganização da sociedade cível na segunda metade da referida década, variados setores sociais, associações novas e antigas começaram a ter certo dinamismo na sua movimentação política.

A partir de 1975 aparecem no cenário nacional uma variedade de entidades docentes. Surgem associações docentes de ensino superior público e privado; em 1977 foi criado o CEP (Centro Estadual de Professores) no Rio de Janeiro; em 1978 a APOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Isso ocorreu em outros estados também.

Os apontamentos iniciais sobre o processo de desenvolvimento da educação no Maranhão observou-se, do ponto de vista sócio-histórico, que o estabelecimento das instituições educacionais sempre foi representado por um misto de privilégios, caracterizado pelo desnível entre o tipo de ensino que se oferecia aos pobres e o tipo de instituição que lhes acolhia.

Nesse sentido, um ator importante no processo de constituição e caracterização da educação maranhense não consta o professor como um elemento ativo organizado do ponto de vista associativo ou sindical enquanto atores político na constituição da educação.

Na literatura disponível a sobre a educação no Maranhão não há pesquisa sobre associativismo e sindicalismo docente, mas sobre aspectos sobre a história da educação maranhense, aspectos da formação sobre no contexto da antiga escola normal e o trabalho dos professores normalistas entre outros.

Por outro lado, as obras que tratam da educação maranhense trás alguns elementos que consegue apontar a realidade dos professores do Maranhão e construir o cenário analítico que culminaram para uma futura organização docente.

Um dos aspectos que caracteriza o trabalho dos professores e sua dificuldade em desenvolver seu ofício no início do século XX estava na dificuldade de deslocamento. A distribuição espacial das cidades, por serem estanque e configuravam em ilhas demográficas. Essas cidades não possuíam meios de comunicações, com acesso difícil

no período chuvoso, os professores não se sentiam motivados a ir para o interior do Estado. E o ensino passou a ser feito por leigos

O Maranhão contava em 1958 com 2.913 professores com regência de classe ou turma, somente 669 ou 23% eram normalistas, e, destes, a maior parte (72%) era da rede estadual. Na capital era onde apresentava a proporção mais elevada de docentes com formação, pois de um total de 310 possuíam curso normal 249 ou 80%. Os professores auxiliares representavam um número de 103, dos quais 26 estavam na capital (FIGUEIREDO, 1984).

Nesse sentido, vale a pena demonstrar as características do corpo docente maranhense ante de introduzir para compreender em que contexto se constitui a sua organização em forma de associação.

Nesse sentido, a tabela abaixo caracteriza no ano de 1961 a característica da formação dos docentes maranhense para situarmos um pouco o contexto da educação nesse período como um dos aspectos do sindicalismo tardio do sindicalismo docente maranhense até onde os dados colhidos apontam.

Professores	Qualidade			%		
	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total
Normalista	258	427	685	76,8	15,9	22,7
Não-normalista	78	2.253	2.331	23,2	84,1	77,3
Total	336	2.680	3.016	100,0	100,0	100,0

Fonte: Comentários sobre o ensino Primário, Ministério da Educação e Cultura, SEEC, Rio de Janeiro, 1961, PP. 35-36 apud Figueiredo (1984)

A evolução do professorado maranhense em relação a sua formação dos que atuavam na capital correspondia em 1961 a 76,8% entre os que eram normalistas; 15% não-normalista; no interior 15,9% e 84,1%, respectivamente.

Os quadros abaixo mostram a característica dos docentes maranhenses não normalistas a partir da distribuição por nível de formação.

PROFESSORADO NÃO-NORMALISTA SEGUNDO OS NÍVEIS DE FORMAÇÃO

Unidade da Federação	Total de prof. em regência de classe	Curso primário		1º ciclo		2º ciclo		Total de leigos	Percentagem de Leigos
		Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo		

Maranhão	5.348	1.431	1.998	146	114	102	128	3.919	73,3
----------	-------	-------	-------	-----	-----	-----	-----	-------	------

Fonte: Censo escolar do Brasil. Resultados preliminares, vol. II, Rio de Janeiro, INEP, 1965 apud Figueiredo (1984, p.76)

Diante disso, chama atenção pensar como esses professores entendiam o seu papel enquanto classe trabalhadora, pois o contingente docente que possuíam uma baixa formação escolar poderia ser um fator de rebaixamento da necessidade associativa ou de fracionamento da categoria entre aqueles que cursaram escola normal e aqueles que tinham somente a formação primária, de primeiro ciclo e leigos.

A relação de professores que tinham curso normal na Capital suscita inferir que uma eventual organização sindical ou associativa concentrada em São Luís. Levando-se em consideração de o registro de fundação da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA) data de 27 de junho de 1976, contata-se um vácuo entre a constituição e crescimento da massa trabalhadora docente e sua organização associativa.

Observa-se que o cenário que surge a APEMA contextualiza-se a segunda metade da década de 1970, um período de reorganização da sociedade civil diante dos espaços restritos que o regime militar impunha. Como aponta Gadotti (1997, p. 2) “os movimentos restringiam-se, muitas das vezes, ao protesto diante da maneira autocrática de reformar o sistema educacional adotada pelo regime militar”.

O cenário vigente que a APEMA se constituiu era o da ditadura militar. Os militares temendo a organização do povo restringiam a liberdade e proibia a organização sindical de servidores públicos. A APEMA preocupava-se exclusivamente, em cuidar da assistência social aos professores. A primeira diretoria, provisória, foi eleita por aclamação.

A conjuntura política, no entanto, mudava. O início da abertura política era o sinal de declínio do poder dos generais. Era a época oportuna para a organização e mobilização dos trabalhadores. Em todo o país, eclodiram greves – principalmente no ABC paulista.

A campanha das “Diretas Já” e a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1984, puseram fim ao regime militar. A transição democrática culminou com a promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988, elaborada após meses de debate.

Entre outras conquistas, a Constituição de 1988 garantiu aos servidores públicos o direito à greve e à organização em sindicato, o que motivou logo após a promulgação da Constituição Federal os profissionais da Educação, até então organizados em forma associativa, decidirem em Assembléia Geral realizada em 25 de janeiro de 1989 transformar a APEMA em um Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipais do Ensino de 1º e 2º graus do Estado do Maranhão denominando sob a sigla de SINPROESEMMA.

Segundo informações colhidas preliminarmente do SINPROESEMMA durante quase uma década, o sindicato ficou paralisado em sua combatividade, sem uma política sindical avançada, unitária, democrática e de luta no âmbito da categoria e teve sua representatividade até questionada enquanto politicamente dentro da categoria de trabalhadores docentes. Sua prática era de conciliação com os governos contribuíram para construção dessa percepção.

Em 1988, a situação começa a mudar, segundo o relato da entidade sindical, pois entra a Corrente Sindical Classista (CSC) na diretoria do Sindicato até então dominada por uma ala de professores de relação governo do estado dominada pelo grupo Sarney.

O ingresso do sindicato de professores do Maranhão à Central Única dos Trabalhadores (CUT) já se deveu a presença da CSC na diretoria, pois durante muito tempo por ser um sindicato de vínculos com o governo, mantendo sobre controle parte da categoria de trabalhadores da educação. Com a entrada na CUT passa a se inserir também na agenda de lutas da CNTE.

Considerações Iniciais

Observa-se que o surgimento das entidades associativas e sindicais docentes aparece em um cenário conturbado da vida política brasileira. Essas entidades se reorganizam num contexto repressivo, mas contribuíram para o surgimento de uma massa crítica no âmbito da sociedade civil

No universo particular do Maranhão, as pesquisas sobre educação não enfocam os aspectos da organização associativa ou sindical, é uma lacuna que encontrada e que

aprofundar investigações sobre a origem do associativismo no maranhense, pois não se tem registro se no campo associativo a APEMA foi à única associação docente que existiu no Estado.

As respostas ainda precisam ser aprofundadas, pois o contexto que essa entidade associativa aparece é eivado ainda do espectro da repressão e tinha limites instituídos de atuação, ou seja, a APEMA atuava dentro dos limites concebidos pela ditadura militar vigente na década de 1970.

Por outro lado, existia uma força latente dentro dessa associação que possibilitou a sua transformação em entidade sindical. A assembléia geral do SINPROESEMMA de fundação mostrou esse aspecto que posteriormente precisa ser melhor explorados com uma pesquisa de maior envergadura.

Referência bibliográfica

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SECMA, 1993, p. 396

FIGUEIREDO, Adiel Tito. **O Estado Novo e a Educação no Maranhão**. São Paulo: Loyola, 1984, p. 135.

GADOTTI, Moacir. **Estado e Sindicalismo docente**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 8

MEIRELES, Mario M. Dez estudos históricos. São Luís: Alumar Cultura, 1994, p 349.

RIBEIRO, Vânia Mondego. **A implantação do ensino secundário público Maranhense**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2006.

RODRIGUES, Maria Regina Nina. **Maranhão: do europeísmo ao nacionalismo e educação**. São Luís: SECMA, 1993, p. 226.

TOURINHO, Maria Angélica Costa. **As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas**. 2008. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2008.

Sítio consultado: <http://www.sinproesemma.com.br/>